

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, na sala 502 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNPS) reuniu-se em sessão extraordinária com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vice-presidente do CGFNPS e presidente desta sessão; Guilherme Zambarda Leonardi, representante suplente do Ministério da Justiça (MJ); Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Myron Moraes Pires, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); Eduardo Franca Neves Basani, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República não foi representada porque os seus representantes, titular e suplente, ainda não foram indicados. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O vice-presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 84ª Reunião Ordinária e 2) Apreciação de 40 propostas de convênios, sendo 39 estaduais e 01 municipal;

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, a ata da 84ª Reunião Ordinária foi aprovada. Em seguida, a palavra foi passada para o servidor Rogerio B. Carneiro que expôs os projetos do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESP). Este servidor esclareceu que os projetos estaduais foram estruturados em duas linhas, a saber: 1) infraestrutura de tecnologia da informação, conforme definições contidas na Portaria nº 58 e 2) sistemas informatizados, de acordo com os parâmetros constantes na Portaria nº 59. Ele informou que as propostas em pauta referiam-se à Portaria nº 58 e as da outra portaria serão apresentadas nas próximas reuniões. Em seguida, ele explicou os critérios que nortearam a escolha das propostas detalhadas abaixo; os tipos de equipamentos a serem financiados na fase inicial; os principais pontos enfatizados pela portaria e os critérios de distribuição de recursos adotados. Após, as propostas foram expostas individualmente. Aberta a palavra, os conselheiros apresentaram as dúvidas e os questionamentos os quais foram respondidos pela área técnica. Na sequência, os projetos foram aprovados por unanimidade, contudo, cabe registrar que na Proposta nº 043035/2012 (AM) foi identificada, uma marca na especificação do item "mouse" constante na relação de bens. A equipe técnica se prontificou a efetuar a alteração solicitada. Ante esta constatação foi solicitada à área técnica que novamente fizesse uma reavaliação na especificação dos itens de cada proposta a fim de assegurar que não haja nenhuma marca no detalhamento dos bens. Registra-se que as propostas estão inseridas no âmbito da ação orçamentária 20ID – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.

Nº	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNPS			Contra-partida	Total da Proposta (R\$)
				Custeio	Capital	Total		
1	AL	043097/2012	Promover ações para de Segurança Pública no sentido de modernizar os mecanismos de gestão da informação dos Órgãos da Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas.	0,00	1.743.106,00	1.743.106,00	17.608,00	1.760.714,00
2	AM	043035/2012	Reaparelhamento do Sistema de Estatística de Segurança Pública do Amazonas.	0,00	623.620,28	623.620,28	6.300,00	629.920,28
3	BA	042249/2012	Estabelecer parceria entre o Governo Federal e o Estado da Bahia visando promover a alimentação e qualificação das informações e dados estatísticos referentes à segurança pública, alcançando todas as áreas cobertas pela Polícia Civil da Bahia.	0,00	2.424.272,32	2.424.272,32	24.521,68	2.448.794,00
4	CE	043019/2012	Promover o fortalecimento das unidades vinculadas à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, por meio da aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, visando uma melhor qualificação das informações e dados estatísticos criminais.	0,00	1.477.868,33	1.477.868,33	71.980,36	1.549.848,69



Ata da 36ª Reunião Extraordinária (continuação)

5	DF	042989/ 2012	Promover a alimentação e qualificação das informações e dados estatísticos referentes à segurança pública, alcançando todas as áreas cobertas pela polícia civil do Distrito Federal tendo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal como ponto de replicação junto ao SINESPJC.	0,00	990.516,41	990.516,41	12.053,00	1.002.569,41
6	ES	043111/ 2012	Aquisição e atualização de licença permanente de software de georreferenciamento e de equipamentos para o armazenamento de dados referentes à ampliação do registro de ocorrências operacionais de segurança pública e defesa social, por parte da estrutura do Centro Integrado de Operações de Defesa Social do Estado do Espírito Santo (CIODES).	0,00	1.076.838,27	1.076.838,27	21.976,29	1.098.814,56
7	GO	042821/ 2012	Promover melhorias na infraestrutura tecnológica da Polícia Civil do Estado de Goiás e da Gerência de Informática e Telecomunicação da SSPJ-GO, para viabilizar a completa utilização do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, Procedimentos Policiais e sobre Drogas.	0,00	1.847.441,65	1.847.441,65	18.661,03	1.866.102,68
8	MT	042896/ 2012	Aquisição de equipamentos de informática e processamento de dados para as unidades operacionais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, a fim de subsidiar os registros de ocorrências e de procedimentos de inquéritos eletrônicos e termos circunstanciados promovendo a alimentação e a qualificação das informações e dos dados estatísticos.	0,00	1.002.531,00	1.002.531,00	10.126,58	1.012.657,58
9	MS	042632/ 2012	Reestruturar Unidades da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul e os Setores de Estatística da Superintendência de Inteligência de Segurança Pública – SISIP e da Delegacia-Geral da Polícia Civil, com vista a modernizar e aperfeiçoar o processo de registro de ocorrências e procedimentos policiais, o que contribuirá para a alimentação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP e para a produção qualificada do conhecimento, para implementação de ações estratégicas e políticas públicas na área da Segurança.	0,00	771.483,74	771.483,74	8.786,46	780.270,20
10	PB	043112/ 2012	Estruturação e modernização tecnológica dos mecanismos de Gestão da Informação, dotando os Órgãos Operativos da Secretaria da Segurança e da Defesa Social de ferramentas e meios necessários a promover a qualificação das informações e dados estatísticos referentes à segurança pública, alcançando todas as áreas de competência circunscricional da Polícia Civil no Estado da Paraíba, de modo a viabilizar a produção de informações e conhecimentos necessários à elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas no campo da segurança	0,00	1.398.378,62	1.398.378,62	15.000,00	1.413.378,62
11	PI	043024/ 2012	Criação da Estratégia de Alimentação e Qualificação das Informações e Dados Estatísticos de Segurança Pública do Estado do Piauí.	0,00	1.105.038,00	1.105.038,00	11.162,34	1.116.200,34
12	RJ	042936/ 2012	Aquisição de NO BREAKS para as unidades da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.	0,00	1.502.606,56	1.502.606,56	30.665,44	1.533.272,00
13	RO	043039/ 2012	Reaparelhar, parcialmente, o macroprocesso operacional de Polícia Judiciária da Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania do Estado de Rondônia.	0,00	795.819,55	795.819,55	15.105,45	810.925,00



14	SE	043105/ 2012	Promover a alimentação e qualificação das informações e dados estatísticos referentes à segurança pública do Estado de Sergipe.	0,00	1.331.573,76	1.331.573,76	13.450,24	1.345.024,00
15	TO	042611/ 2012	Aquisição de material permanente para a estruturação e o fortalecimento das Delegacias de Polícia Civil e Unidades da Secretaria de Segurança Pública.	0,00	1.503.915,56	1.503.915,56	15.192,00	1.519.107,56
TOTAL				0,00	19.595.010,05	19.595.010,05	292.588,87	19.887.598,92

Os servidores Ademarcio de Moraes e Sara Lais Rahal Lenharo apresentaram as propostas discriminadas abaixo relacionadas ao fortalecimento das perícias. Foi esclarecido que o Estado da Bahia dividiu a emenda em seis propostas, todavia em pauta constavam somente quatro propostas, porque as demais estavam em fase final de análise. Durante a apreciação das propostas verificou-se que na apresentação em power point não constavam o autor da emenda e os expositores informaram que a emenda era de autoria da Bancada do Estado da Bahia. Após estes esclarecimentos, as propostas foram aprovadas sem a necessidade de registros especiais. Cabe consignar que os pleitos enquadram-se na ação orçamentária 20ID – Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública:

Nº	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP			Contra-partida	Total da proposta (R\$)
				Custeio	Capital	Total		
1	BA	028961/ 2012	Reaparelhamento do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia através da ampliação do sistema de arquivamento para acondicionar os prontuários criminais do Instituto de Identificação Pedro Mello (Emenda Parlamentar)	0,00	241.609,50	241.609,50	2.440,50	244.050,00
2	BA	029409/ 2012	Modernizar o Sistema de Arquivamento de Fichas Onomáticas de Identificação do IIPM - Instituto de Identificação Pedro Mello da Polícia Técnica da Bahia (Emenda Parlamentar)	0,00	1.533.293,45	1.533.293,45	15.487,81	1.548.781,26
3	BA	029828/ 2012	Modernizar e Ampliar o Laboratório Central da Polícia Técnica do Estado da Bahia com ampliação do parque tecnológico da Coordenação de Análise Instrumental (Emenda Parlamentar)	0,00	291.075,81	291.075,81	3.000,00	294.075,81
4	BA	029844/ 2012	Ampliação do Sistema de Atendimento do Instituto de Identificação Pedro Mello – IIPM do Departamento de Polícia Técnica – DPT (Emenda Parlamentar)	0,00	223.000,00	223.000,00	2.761,67	225.761,67
TOTAL				0,00	2.288.978,76	2.288.978,76	23.689,98	2.288.978,76

O servidor Ademarcio de Moraes recordou que a Proposta nº 031565/2012 (MG) originou-se do Edital nº 04, apresentado na última reunião, ocasião em que foi dito que esta proposta seria apresentada separadamente porque se encontrava em fase final de ajuste. A proposta foi aprovada sem objeções e refere-se à ação orçamentária 2320 – Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional.

Nº	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP			Contra-partida	Total da proposta (R\$)
				Custeio	Capital	Total		
1	MG	031565/ 2012	Aprimorar o ambiente educacional através da criação de salas de condicionamento físico em unidades de ensino, criação de bibliotecas, implementação de um simulador de tiro móvel para as Unidades de Ensino interiorizadas da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e qualificação de policiais militares, por meio de curso na área de inteligência	38.313,60	964.661,00	1.002.974,60	40.000,00	1.042.974,60
TOTAL				38.313,60	964.661,00	1.002.974,60	40.000,00	1.042.974,60

O servidor Moab Batista de Lucena apresentou as propostas oriundas do Edital nº 07 que visou a seleção de propostas referentes a projetos de cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialização, no âmbito da



Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP. Inicialmente, ele fez um resumo das principais mudanças ocorridas na Rede no exercício de 2012; Em seguida, informou que o objeto do edital foi ofertar, por instituições estaduais e municipais de ensino superior, cursos de pós-graduação *latu sensu*, especialização, na modalidade presencial, destinados aos profissionais de segurança pública da ativa, tendo por referência a Matriz Curricular Nacional; destacou o critério que norteou a divisão dos recursos e o número de propostas apresentadas e selecionadas. Após este preâmbulo, as propostas foram aprovadas por unanimidade. Cabe consignar que foi observado que nas notas técnicas destas propostas não estava registrada a carga horária dos cursos. O servidor explicou que a carga horária exigida estava registrada no edital, na portaria e no Portal de Convênios Dito isto, foi solicitado que esta informação fosse registrada nas notas técnicas das demais propostas uma vez que nas notas consta um resumo geral da proposta. Estes pleitos enquadram-se na ação orçamentária 2320 – Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional.

Nº	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP			Contra-partida	Total da Proposta (R\$)
				Custeio	Capital	Total		
1	SP	036698/2012	Ministrar curso de pós-graduação lato sensu, especialização, na temática segurança pública e direitos humanos, para profissionais de segurança pública do Estado de São Paulo.	254.800,00	0,00	254.800,00	5.200,00	260.000,00
2	MG	036680/2012	Realizar Curso de Especialização lato sensu em Análise de Criminalidade, Violência e Segurança Pública do Norte de Minas.	254.800,00	0,00	254.800,00	5.200,00	260.000,00
3	RN	036439/2012	Ministrar curso de pós-graduação lato sensu, especialização, na temática Valorização e Formação Profissional, para profissionais de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte.	250.161,24	0,00	250.161,24	2.526,88	252.688,12
TOTAL				759.761,24	0,00	759.761,24	12.926,88	772.688,12

A Doutora Isabel Seixas de Figueiredo explicou a motivação e a finalidade do Edital nº 08 cujo objetivo foi selecionar propostas de projetos direcionados ao aperfeiçoamento de sistemas de gestão da informação e à produção de diagnósticos e planos de segurança pública. Em seguida, ela passou a palavra para a servidora Cristina Neme que destacou os seguintes aspectos: 1) linhas de financiamento do edital, a saber: a) estruturação e/ou fortalecimento do ambiente de produção e gestão da informação e pesquisa e b) produção e gestão da informação, pesquisa e capacitação; 2) valor do repasse previsto por proposta: distribuído entre as naturezas de despesa, considerando a proporção de 30% para despesas de capital e 70% para despesas de custeio; 3) diferenças entre o foco de aquisições do SINESP e o da Coordenação de Pesquisa/DEPAID; Após, o servidor Dover Eduardo Agassi de Oliveira apresentou as propostas, antes, porém, destacou que com a publicação do edital foram apresentadas trinta e três propostas de vinte e três estados e foram selecionadas dezessete, sendo que em pauta estavam apenas sete, quais sejam:

Nº	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP			Contra-partida	Total da Proposta (R\$)
				Custeio	Capital	Total		
1	AC	037316/2012	Implantar os Núcleos de Análises Criminais da Secretaria de Estado de Segurança Pública, das Polícias Civil e Militar, capacitar profissionais na utilização de softwares de análise de dados e realizar Diagnóstico e Plano sistêmico de segurança Pública sobre a situação de violência criminal nos municípios de fronteira do Estado do Acre.	486.629,80	124.578,90	611.208,70	8.000,00	619.208,70



Ata da 36ª Reunião Extraordinária (continuação)

2	AL	037344/ 2012	Estruturar na Secretária de Estado de Defesa Social, especialmente no âmbito da Polícia Civil, uma metodologia de geração de informações, pesquisa e análise em segurança pública, que em conjunto com instituições de ensino superior, grupos e centros de pesquisa, subsidie tomadas de decisão no que tange a alocação de recursos, projetos, programas e políticas de segurança pública.	298.670,00	123.464,00	422.134,00	4.300,00	426.434,00
3	DF	036599/ 2012	Estabelecimento do Núcleo de Pesquisas e Gestão da Informação do Observatório da Segurança Pública do Distrito Federal visando à coleta, análise, produção e publicação de informação qualificada na temática segurança pública distrital.	283.239,33	45.531,66	328.770,99	7.540,85	336.311,84
4	GO	036658/ 2012	Estruturação da Gerência de Análise de Informação da SSPJ/GO e capacitação de servidores através de um curso de extensão em análise criminal.	560.713,33	183.230,10	743.943,43	7.514,58	751.458,01
5	MG	037259/ 2012	Estruturação e fortalecimento do Centro de Integrado de Informações de Defesa Social por meio da aquisição de equipamentos de informática, softwares e elaboração de diagnósticos situacionais de planos de segurança pública, além da capacitação dos profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds).	537.287,30	206.342,50	743.629,80	15.176,12	758.805,92
6	RO	037297/ 2012	Estruturar o Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia, como estratégia principal para desenvolver o planejamento de combate e prevenção da criminalidade.	394.331,52	189.604,80	583.936,32	5.898,35	589.834,67
7	TO	037160/ 2012	Implementação de ações destinadas à área de gestão de informação, abrangendo a estruturação e o fortalecimento do setor de estatística e análise da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins e a capacitação dos profissionais.	426.526,55	137.044,59	563.571,14	5.692,64	569.263,78
TOTAL				2.987.397,83	1.009.796,55	3.997.194,38	54.122,54	4.051.316,92

Aberta a palavra, o vice-presidente indagou se não havia sobreposição de ação e de equipamentos entre o edital da pesquisa e a portaria do SINESP. Os técnicos do DEPAID afirmaram que não, e relataram os cuidados adotados para evitar tal sobreposição. O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira ponderou que o custo do diagnóstico constante na Proposta nº 037316/2012 (AC) estava elevado e abrangia quase a metade dos recursos da proposta. O servidor Dover explicou que o Estado apresentou pesquisas de preços que demonstraram que o valor estava em conformidade com o mercado local e citou os objetivos pretendidos pelo Estado com a realização do diagnóstico. Dito isto, o conselheiro destacou que, em sua opinião, o corpo técnico dos Governos Estadual e/ou Federal tem mais expertise para fazer diagnósticos de segurança pública do que consultores terceirizados, ademais ele ponderou que o diagnóstico deveria estar mais bem detalhado para uma compreensão clara e objetiva do que será feito. Em razão destas ponderações a área técnica declarou que solicitará o Estado um maior detalhamento do diagnóstico. Na sequência as propostas foram aprovadas por unanimidade, com exceção da Proposta nº 037316/2012 (AC) que não foi colocada em votação. Registra-se que estas propostas estão enquadradas no âmbito da ação orçamentária 20ID – Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.

A Proposta nº 029167/2012 (Campo Grande/MS), abaixo detalhada, foi exposta pelos servidores Beatriz Cruz da Silva e Wesley da Silva Borges, sendo que o servidor Wesley explicou os aspectos técnicos da proposta e também os principais pontos técnicos que nortearam a política de videomonitoramento da SENASP, a servidora Beatriz abordou os aspectos formais da proposta. Finda a exposição, a proposta foi aprovada sem objeções. Cabe registrar que neste contexto o vice-presidente informou que a pauta da próxima reunião extraordinária já havia sido enviada aos conselheiros, contudo ele acabava de ser informado que três propostas municipais de videomonitoramento constantes na citada pauta seriam retiradas de pauta porque aqueles municípios não conseguiram cumprir as exigências técnicas, por outro lado, a área técnica da SENASP estava finalizando a análise de outras três propostas, sendo assim, indagou aos conselheiros se poderia ser feita a substituição destas propostas. Os conselheiros



concordaram com esta proposição e foi acordado que a planilha com as substituições seria enviada na manhã seguinte.

Nº	Município	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP			Contra-partida	Total da Proposta (R\$)
				Custeio	Capital	Total		
1	Campo Grande/MS	029167/2012	Implantação do Sistema de Videomonitoramento	178.012,85	687.612,00	865.624,85	11.143,80	876.768,65
TOTAL				178.012,85	687.612,00	865.624,85	11.143,80	876.768,65

O servidor Pedro de Souza da Silva apresentou as propostas de reaparelhamento oriundas de emendas parlamentares. Neste contexto, o vice-presidente informou que as emendas apresentadas ainda não estavam liberadas pelo setor competente, porém tais propostas estavam sendo apresentadas a fim de agilizar o trâmite dos processos, já que a maioria das liberações só ocorre no final do exercício. Finda a exposição, as propostas foram aprovadas por unanimidade.

Nº	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP			Contra-partida	Total da proposta (r\$)
				Custeio	Capital	Total		
1	AC	029647/2012	Reestruturação do Centro Integrado de Segurança Pública-CIOSP do Estado do Acre (Emenda Parlamentar)	0,00	300.000,00	300.000,00	3.040,00	303.040,00
2	AP	028787/2012	Aparelhar a Polícia Militar do Estado do Amapá, por meio da aquisição de equipamentos de proteção individual destinados ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PM/AP (Emenda Parlamentar)	200.000,00	0,00	200.000,00	9.378,84	209.378,84
3	MA	028372/2012	Reaparelhamento dos quartéis da Polícia Militar do Maranhão, localizados na ilha de São Luís (Emenda Parlamentar)	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	142.342,00	1.642.342,00
4	MA	028139/2012	Reaparelhar o Corpo de Bombeiros localizado no município de Bacabal/MA, com aquisições de veículos, equipamentos de proteção individual - EPI e de salvamento a vítimas (Emenda Parlamentar)	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	13.800,00	1.013.800,00
5	MG	029582/2012	Reaparelhar a frota da Polícia Civil de Minas Gerais, o Grupo Especializado de Patrulhamento de Áreas de Risco (GEPAR) e da Patrulha Rural da Polícia Militar de Minas Gerais (Emenda Parlamentar)	0,00	7.550.000,00	7.550.000,00	166.512,71	7.716.512,71
TOTAL				200.000,00	10.050.000,00	10.550.000,00	335.073,55	10.885.073,55

As propostas relacionadas à construção/obras foram apresentadas pelo Engenheiro Welly Lacerda Bonfim, a saber:

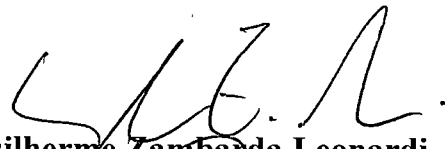
Nº	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	Valor do FNSP			Contra-partida	Total da proposta (r\$)
				Custeio	Capital	Total		
1	TO	043955/2012	Segurança Pública com Cidadania - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública - Palmas/TO. Construção do Centro de Saúde da Polícia Militar em Palmas/TO (Emenda Parlamentar)	0,00	990.000,00	990.000,00	10.000,00	1.000.000,00
2	TO	044014/2012	Construção civil de uma unidade de Saúde para a Polícia Militar do Tocantins, na cidade de Gurupi (Emenda Parlamentar)	0,00	594.000,00	594.000,00	6.000,00	600.000,00
3	TO	043861/2012	Construção da Delegacia de Polícia Civil em Araguatins/TO (Emenda Parlamentar)	0,00	700.000,00	700.000,00	85.362,69	785.362,69
4	TO	029271/2012	Construção da Delegacia de Polícia Civil Em Goiatins/TO (Emenda Parlamentar)	0,00	500.000,00	500.000,00	217.753,00	717.753,00
TOTAL				0,00	2.784.000,00	2.784.000,00	319.115,69	3.103.115,69



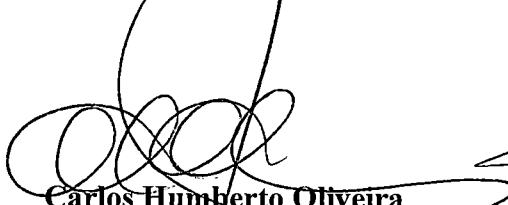
Neste contexto, o vice-presidente recordou que na alteração recente feita na Lei do Fundo foi estabelecido o limite de 10%, do montante de recursos alocados no exercício, para os gastos anuais com construção, aquisição, reforma e adaptação de imóveis de propriedade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, motivo pelo qual ele considerava imprescindível a definição, no próximo exercício, no âmbito da SENASP e do Conselho, do critério de exclusão a ser adotado, caso haja um número de propostas acima do limite estimulado. Ele também ressaltou que será necessário colocar em discussão a questão do financiamento pelo Fundo de emendas que não estejam claramente definidas no escopo da Lei nº 10.201, de 14/02/2001. No contexto da apreciação das Propostas nºs. 043861/2012 (Araguatins) e 029271/2012 (Goiatins), o Conselheiro Carlos Humberto de Oliveira observou que do valor do Custo Unitário Básico (CUB) destas obras ficou acima do valor estabelecido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon). O Engenheiro explicou que o CUB por M² estava elevado porque existiam áreas de calçamento e urbanização que não foram consideradas. Ele esclareceu que na proposta de Araguatins, o total de intervenção era 846,59m², mas o CUB foi calculado somente sobre a área coberta, 282,20m², ou seja, a área em descoberto de 564,39m² não encontrou neste cálculo, motivo pelo qual o CUB ficou em R\$ 2.783,00. Todavia se a área total fosse incluída no cálculo, o CUB seria R\$ 927,67. Na proposta de Goiatins, o total de intervenção era 798,00m² e o CUB sobre a área coberta de 282,20m² ficou em R\$ 2.543,00 porque não foi considerada a área em descoberto de 515,80m², porém calculando-se o CUB sobre a área total, ele seria R\$ 899,44. Em seguida, iniciou-se um debate sobre os quesitos contemplados e não contemplados pelo CUB. O Colegiado considerou que a área em descoberto abrangia quase 50% da área total construída e após diversas colocações do Engenheiro, o colegiado solicitou que fosse pedido ao Estado o envio de informações complementares para melhor compreensão deste quesito. Sendo assim, as propostas não foram colocadas em votação. As Propostas nºs. 043955/2012 (Palmas) e 044014/2012 (Gurupi) também não foram colocadas em votação porque o Colegiado solicitou o cumprimento das seguintes demandas: cópia do Estatuto do Fundo de Amparo ao Policial, que dá embasamento legal ao atendimento aos familiares dos policiais; quantidade de policiais que serão atendidos em cada centro, juntamente com seus familiares; distância entre Gurupi e Palmas em quilômetros e número de habitantes nas duas cidades; cidades circunvizinhas a Palmas e a Gurupi, com número de habitantes, que serão beneficiadas pelos dois centros de saúde; número de ocorrências policiais registradas nas duas cidades (taxa de criminalidade).

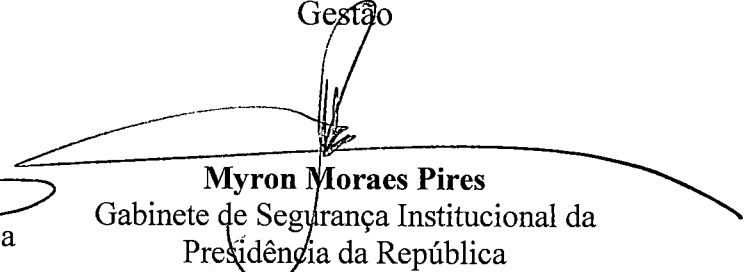
Nada mais havendo para tratar, o vice-presidente encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata que, depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do conselho gestor.


Sidnei Borges Fidalgo
Vice-Presidente do CGFNSP


Guilherme Zambarda Leonardi
Ministério da Justiça

Eduardo Franca Neves Bassani
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão


Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República


Myron Moraes Pires
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República



Não representada
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
da República

